

## JUSTIÇA. O QUE É FAZER A COISA CERTA

**De: Michael J. Sandel***Justiça. O que é fazer a coisa certa*

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4ª edição. 2011.

**Por: André Haguette**

Ph.D. Professor Titular em sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

Este livro é uma versão resumida da gravação de um dos cursos que Michael J. Sandel leciona para quase mil alunos aglomerados no anfiteatro do campus da universidade de Harvard. Talvez a maior característica do livro consista em “conceber a discussão moral, como uma dialética entre nossas opiniões sobre determinadas situações e os princípios que afirmamos ao refletir” (p. 38).

O autor procura descobrir o que é fazer a coisa certa diante dos temas que a vida cívica nos apresenta hoje; o que é justo defender e fazer. Como fazer justiça. Sandel inicia, portanto, cada capítulo por “determinadas situações” em que cada cidadão é levado a refletir e a tomar posição. Essas situações são: desigualdade de renda, sistemas de cotas, serviço militar, casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, células-tronco embrionárias, tortura de suspeitos de terrorismo, taxaço do rico e das grandes fortunas, se pessoas no leito de morte podem casar, se desconto para idosos é justo, etc.

Além de todos esses temas serem contemporâneos, eles suscitam opiniões diferentes, o que leva, ou deveria levar, a uma discussão sobre os fundamentos de cada posição. Aludindo ao mito da caverna de Platão, o autor sustenta que “a filosofia que não tem contato com as sombras na parede só poderá produzir uma utopia estéril” (p. 39). Sandel pretende elaborar uma filosofia política. Quando a reflexão moral

se torna política, quando pergunta que leis devem governar nossa vida coletiva, precisa ter alguma ligação com o tumulto da cidade, com as questões e os incidentes que perturbam a mente pública” (p. 39). Esta ancoragem da reflexão moral nas situações e nos problemas da vida cotidiana de hoje é, provavelmente, o que leva tantos estudantes a procurar os cursos de Michael Sandel e é, certamente, o grande atrativo deste livro: refletir sobre os dilemas morais que a vida cívica atual nos apresenta. Mas não somente: o professor-autor conduz a reflexão na companhia de filósofos, antigos e modernos, que discorreram sobre as ideias que animam a vida cívica. São eles: Aristóteles, Immanuel Kant, John Stuart Mill e John Rawls. Assim sendo, “este livro não é uma história das ideias, e sim uma jornada de reflexão moral e política” (p. 39).

Ao longo dos capítulos, Sandel encontra três teorias básicas que fundamentam as opiniões morais na política e que ele descreve da seguinte maneira:

“uma delas diz que justiça significa maximizar a utilidade ou o bem-estar – a máxima felicidade para o maior número de pessoas; a segunda diz que justiça significa respeitar a liberdade de escolha – tanto as escolhas reais que as pessoas fazem em um livre mercado (visão libertária) quanto as escolhas hipotéticas que as pessoas deveriam fazer na posição original de equanimidade (visão igualitária liberal). A terceira diz que justiça envolve o cultivo da virtude e

a preocupação com o bem comum” (p. 321; ver também p. 17-18). Na realidade estas três teorias e suas variantes internas estão constantemente discutidas ao longo dos capítulos; na sua metodologia, o autor descreve uma situação-problema (aborto, cotas, etc.) e a discute à luz de cada uma dessas teorias.

Na solução dos dilemas morais e na discussão das teorias a partir de situação-problema, Michael Sandel não fica neutro. Ele discute e rejeita argumentos e fundamentos críticos e teóricos das diversas opiniões, sustentando uma posição própria, como ele mesmo declara: “Como já deve ter ficado claro, sou a favor de uma versão da terceira abordagem. Deixem explicar por quê” (p. 321). Desta forma, o autor realiza o objetivo maior do livro: “convidar os leitores a submeter suas próprias visões sobre justiça ao exame crítico – para que compreendam melhor o que pensam e por quê” (p. 39). Assim sendo, Sandel põe à crítica a sua própria posição, acreditando que do choque de posições divergentes mas fundamentadas, conscientes de seus argumentos, surja uma melhor política democrática.

Mas qual é o posicionamento do autor? Ele rejeita a abordagem utilitária por entender que ela sofre de dois defeitos: “faz da justiça e dos direitos uma questão de cálculo, e não de princípio. Em segundo lugar, ao tentar traduzir todos os bens humanos em uma única e uniforme medida de valor, ela os nivela e não considera as diferenças qualitativas existentes entre eles” (p. 322). Tampouco o autor está satisfeito com a segunda teoria:

As teorias baseadas na liberdade resolvem o primeiro problema, mas não o segundo. Elas levam a sério os direitos e insistem no fato de que justiça é mais do que um mero cálculo... Não exigem que questionemos ou contestemos as preferências e os desejos

que levamos para vida pública. De acordo com essas teorias, o valor moral dos objetivos que perseguimos, o sentido e o significado da vida que levamos e a qualidade e o caráter da vida comum que partilhamos situam-se fora do domínio da justiça (p. 322).

Sandel é taxativo:

Não se pode alcançar uma sociedade justa simplesmente maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão” (p. 322).

O autor defende, portanto, que somente uma ética política que leve em consideração o bem comum e as virtudes cívicas pode ser crítica, e, satisfatoriamente, solucionar os dilemas morais contemporâneos. Ele orienta a moral política na busca de uma “boa sociedade” e não meramente na busca de acúmulo de bens materiais, felicidade e liberdade individuais. Assim, Sandel pergunta: “como poderia ser uma política do bem comum?” e argumenta em favor de uma sociedade de cidadania, sacrifício e serviço. Uma política do bem comum “precisa encontrar meios de se afastar das noções de boa vida puramente egoístas e cultivar a virtude cívica” (p. 325). Uma política do bem comum vê os limites morais dos mercados e a temática da desigualdade, solidariedade e virtude cívica deve ser de grandes preocupações políticas.

Para Sandel, “a desigualdade corrói a virtude cívica. Os conservadores partidários do mercado e os liberais preocupados com a redistribuição ignoram essa perda. Uma política do bem comum teria como um de seus principais objetivos “a reconstrução da

infraestrutura da vida cívica” (p. 328). Desde os anos 70 do século passado a desigualdade econômica vem crescendo nos Estados Unidos: “mais de um terço da riqueza do país, escreve Sandel, está nas mãos de 1% dos americanos mais ricos, mais do que a riqueza dos 90% menos favorecidos junta. Os 10% de lares no topo da lista representam 42% de toda a renda e mantêm 71% de toda a riqueza” (p. 77). Quais as consequências dessa desigualdade exorbitante: “Um fosso muito grande entre ricos e pobres enfraquece a solidariedade que a cidadania democrática requer”. Eis como:

(...) quando a desigualdade cresce, ricos e pobres levam vidas cada vez mais distintas. O abastado manda seus filhos para escolas particulares (ou para escolas públicas em subúrbios ricos), deixando as escolas públicas para os filhos das famílias que não têm alternativa. Uma tendência similar leva ao afastamento dos privilegiados de outras instituições e de outros serviços públicos. Academias privadas substituem os centros recreativos e as piscinas comunitárias. Os empreendimentos residenciais de alto padrão têm segurança própria e não dependem tanto da polícia. Um segundo ou terceiro carro acaba com a dependência do transporte público. E assim por diante. Os mais ricos afastam-se dos logradouros e dos serviços públicos, deixando-os para aqueles que não podem usufruir de outro tipo de serviço.

Surgem então dois efeitos negativos, um fiscal e outro cívico. Primeiramente deterioram-se os serviços públicos, porque aqueles que não mais precisam deles não têm tanto interesse em apoiá-los com seus impostos. Em segundo lugar, instituições públicas como escolas, parques, pátios recreativos e

centros comunitários deixam de ser locais onde cidadãos de diferentes classes econômicas se encontram. Instituições que antes reuniam as pessoas e desempenhavam o papel de escolas informais da virtude cívica estão cada vez mais raras e afastadas. O esvaziamento do domínio público dificulta o cultivo do hábito da solidariedade e do senso de comunidade dos quais depende a cidadania democrática” (p. 328).

A citação é longa, mas ela revela que o que está em processo nos Estados Unidos está consolidado no Brasil. Filosofias políticas baseadas na utilidade e na liberdade levam à perda de uma boa sociedade, perda da virtude cívica e ao enfraquecimento da cidadania democrática.

Até o momento, apresentamos os objetivos do livro, a metodologia utilizada, as teorias discutidas e o posicionamento do autor. Falta descobrir o melhor do livro, a saber, a discussão dos dilemas morais provocados por dezenas de situações concretas e específicas. A leitura dos 10 capítulos do livro vai exigir uma grande participação do leitor e um questionamento de seus posicionamentos, conduzindo-o a um comprometimento público e a uma vida cívica mais sábia e engajada do que essa à qual estamos habituados. “Uma política de engajamento moral não é apenas um ideal mais inspirador do que uma política de esquiva do debate. Ela é também uma base mais promissora para uma sociedade mais justa” (p. 330).

(Recebida para publicação em fevereiro/2012.  
Aceita em fevereiro/2012)